

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE**

NÚMERO CINCO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

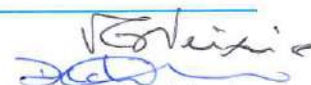
-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2022. -----

Ponto Dois - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. -----

Ponto Três – Análise, discussão e votação da Minuta do Contrato de Empréstimo no âmbito da Linha BEI PT2020 - (Montante do Financiamento – 383.901,87€), para a Requalificação da Escola 3/Secundária de Castro Daire – 1.ª Fase/com o código da Operação Portugal 2020 CENTRO-03-5673-FEDER-000205, para aprovação de autorização de contratação do empréstimo a médio e longo prazo (Contrato de Financiamento Reembolsável) e correspondente autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais (nos termos do artigo 12.º “*Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local*”, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º “*Compromissos Plurianuais*” da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações. -----

Ponto Quatro – Análise, discussão e votação da Minuta do Contrato de Empréstimo no âmbito da Linha BEI PT2020 –(Montante do Financiamento – 234.390,98€) para a Requalificação da Av.ª25 de abril – Beneficiação da Mobilidade Suave na Av.ª25 de abril/com o código da operação Portugal 2020 CENTRO-06-1406-FEDER-000070, para aprovação de autorização de contratação do empréstimo a médio e longo prazo (Contrato de Financiamento Reembolsável) e correspondente autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais (nos termos do artigo 12.º “*Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local*”, do Decreto-lei n.º127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações e da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º “*Compromissos Plurianuais*” da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e posteriores alterações. -----



Ponto Cinco- Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de pessoal para o exercício de dois mil e vinte e três, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação. -----

Ponto Seis - Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de 2023/2027, nos termos do artigo 46.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro na sua atual redação, para apreciação e aprovação nos termos previstos no artigo 25.º do n.º 1, alínea a) do Anexo à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro. -----

Ponto Sete - Apreciação e aprovação da Alteração das Unidades Orgânicas Flexíveis e do Regulamento da Organização de Serviços do Município de Castro Daire, em cumprimento do disposto na alínea m), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de dezembro.-----


Ponto Oito – Análise, apreciação e votação da Proposta de Adesão à DestiNature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza, em cumprimento do disposto na alínea ccc), n.º1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto Nove - Análise, discussão e aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, para o Ano de 2023 nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto Dez - Análise, discussão e aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, no âmbito do Concurso Público, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto Onze – Nomear, nos termos do número um do artigo 77.º da Lei número 73/2013 de três de setembro, sob proposta do Órgão Executivo do Município, o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Conta. -----

Ponto Doze – Procedimento tendente à contratação de locação financeira na modalidade de *leasing* para aquisição de uma viatura elétrica: -----



----- a) Apreciação e aprovação do relatório final do Júri do procedimento nos termos do artigo 24.º e alínea f), número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013 de doze de setembro;-----

-----b) Autorização, ao abrigo dos artigos 49.º e número um do artigo 51.º da Lei número 73/2013 de 3 de setembro, para contrair a operação de locação financeira na modalidade de *leasing*;-----

-----c) Aprovação da Minuta do Contrato de Locação Financeira Mobiliária n.º 400140043;-----

-----d) Aprovação do compromisso plurianual associado ao contrato de leasing, nos termos do artigo 6, número 1, da alínea c) da Lei número 8/2012 de 21 de fevereiro, nos termos mencionados no relatório previsto no objetivo 01 Programa 111 2006/128 das GOP.-----

Ponto Treze - Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do executivo municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 56/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Saúde, para o ano 2023. -----

Ponto Catorze - Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do executivo municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 56/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Ação Social, para o ano 2023.-----

Ponto Quinze – Aprovação nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

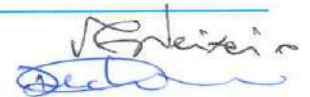
----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Período de Intervenção do público de harmonia com o n.º1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Não se registou a presença de público nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **Leitura e apreciação do expediente.** -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informa que dada a ausência da Primeira Secretária da Mesa, convida o elemento Augusto João Mendes Marcelino para a Mesa, caso a Assembleia manifeste concordância. Nenhum elemento da Assembleia se manifestou contra esta substituição. Refere ainda que há, nesta reunião a substituição de vários membros da Assembleia Municipal na presente sessão, designadamente Paula Simões, Rui Braguês, Diogo Carvalhas. Dos pedidos de substituição, foram contactados os membros substitutos. Deu ainda conta que o membro Constantino Duarte apenas ontem à noite informou da sua indisponibilidade não tendo sido possível proceder à respetiva substituição. Foi dada posse a Fátima Correia, presente na sessão, dada a indisponibilidade do membro Amaro Lemos, verificada a sua identidade. Cumprimentou as Técnicas da Divisão Administrativa e Financeira do Município, Blandina Meneses (Chefe de Divisão) e Diana

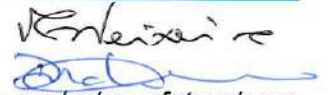


Coelho. Informou ter recebido votos de Boas Festas da Assembleia Municipal da Horta - Açores e de Carregal do Sal, do Município de Águeda e da CIMVDL, votos que retribuirá pela mesma via. Informa que irá reencaminhar a todos um e-mail, recebido da CIMVDL, com o Plano de Atividades da CIM. Informa ainda que a Assembleia Municipal recebeu uma publicação da AJUDARIS. Informa ter estado presente no Concerto de Natal da Banda dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire e na inauguração da Casa Mortuária e Multiusos de Reriz, a convite da Junta de Freguesia de Reriz. -----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

Interveio, cumprimentando todos. Proferiu as declarações que se transcrevem: "1.º - *Nota de Louvor para o Professor Armando Costa, Professor da escola municipal de natação de Castro Daire, por ter recebido o galardão de treinador paralímpico Tokyo 2020.* 2.º - *Duas das bandeiras de campanha do atual executivo, foram a requalificação do Centro de Saúde, que já sabemos ficará para mais tarde, e também, o Hotel de 4 estrelas superior. Quanto a este último representado pela empresa Noropus. Gostaríamos de saber do seu desenvolvimento e para quando está previsto o início das Obras?* 3.º - *Estamos em época de inundações e não de incêndios, mas existe uma obrigatoriedade por parte dos proprietários dos terrenos, penso que até final de Março, para limpeza dos mesmos. Quanto a este ponto gostaríamos de saber o que foi feito e o que se pretende fazer para salvaguardar a zona de proteção das habitações uma vez que essa obrigatoriedade de limpeza por parte dos proprietários não está a ser cumprida, talvez por escassa fiscalização, verificando-se isso pessoalmente durante o Verão passado que por sorte o Concelho não sofreu grandes danos. Quanto a este assunto gostaríamos de deixar uma recomendação, no sentido em que no caso a limpeza não seja efetuada pelos proprietários, a mesma seja assumida pela autarquia, vindo posteriormente a ser ressarcida das respetivas despesas por parte dos proprietários.* 4.º *Também gostaríamos de saber o que se passa com os piquetes, penso que são assim denominados, que ficam escalonados para as possíveis ocorrências aos fins-de-semana. Pois aconteceu que num destes fins-de-semana passados, um desses piquetes foi chamado para desimpedir uma conduta que estava a originar inundação num estabelecimento comercial e um dos seus elementos ao chegar ao local e defrontar-se com a ocorrência disse para o dono do estabelecimento com atitude arrogante, que não era contratado para aquele tipo de serviço que não iria resolver o problema e que se quisesse fosse fazer queixa ao Presidente. O dono do estabelecimento depois de insistir e o responsabilizar se algo grave acontecesse lá conseguiu o seu objetivo. Penso que os municípios não têm de estar sujeitos a estas atitudes além da má imagem que fica para o Município. Daí quero apelar ao Sr. Presidente que*



faça uma análise do sucedido ou então haverá mesmo algo de errado com os contratos efetuados e os mesmos deverão ser revistos.” -----

-----**Pedro Manuel da Silva Duarte**-----

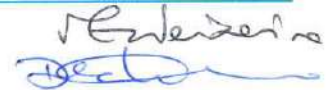
Interveio, cumprimentando a mesa, Senhora Presidente e Secretários, Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores e os restantes membros da Assembleia. Referiu ser a primeira vez que neste Órgão fala da EN225, alertando para o problema existente e solicitando que o Município faça participação à Estradas de Portugal, pois considera ser uma vergonha o que se está a passar com aquela estrada. Salaria que quase todos os dias há pinheiros secos caídos na estrada, considerando que a Estradas de Portugal têm por obrigação resolver esta situação, sendo mais dramático ainda entre Vila Seca e Arinho. Refere que ainda há pouco tempo caiu um sobreiro sobre uma linha da EDP, na freguesia de Cabril e a estrada esteve cortada durante cerca de uma hora, sendo que até hoje a árvore está lá. Comunicou à Estradas de Portugal e à EDP mas ninguém veio resolver o problema, não compreende como a EDP tem os cabos caídos na estrada há meses. Tiveram que ser os funcionários ao serviço da Junta de Freguesia a resolver o problema da árvore caída. Refere existirem três pontos críticos onde se irá ficar sem estrada, referindo que transporta crianças e passa diariamente naquela estrada porque não tem alternativa, no entanto, deixa passar os carros que vêm em sentido contrário, para ir para essa faixa, por forma a minimizar o perigo. Salaria que na Freguesia de Pinheiro e na Ermida o suporte da estrada está caído, a água está a entrar e não demorará muito tempo a ficar sem estrada. É importante que aquela estrada esteja sinalizada pois o perigo é eminente, sobretudo para quem não conhece, inclusive veículos pesados e carregados que por ali passam que estão sujeitos a ir parar ao rio. Solicita ao Senhor Presidente da Câmara que analisem os horários da iluminação pública, uniformizando os mesmos em todo o concelho. -----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

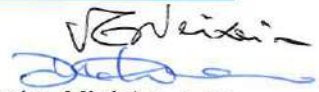
Interveio cumprimentando todos. Propõe cooperação entre todas as Juntas de Freguesia e o Município para se realizar um inventário das zonas mais importantes do concelho, com o objetivo de criar um roteiro turístico, proporcionando melhor organização para que as pessoas possam voltar e conhecer o concelho. -----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Manifesta preocupação com o facto de os preços estarem a disparar, pelo que gostaria de saber qual o efeito nas obras de requalificação que o Município tem planeadas e contratualizadas. Relativamente ao referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, Pedro Silva, reforça que tudo o que estiver ao alcance deverá ser feito e numa



posição concertada com outros municípios. Refere que na última reunião da CIMVDL apresentou uma moção decorrente da informação que teve conhecimento através da comunicação social. Estranhou os votos contra do Partido Socialista em relação à proposta de trazer para cima a requalificação da E.N.225. Conscientemente, a EN225 é uma urgência que só não é reconhecida superiormente, ou deixou de ser. Refere a polémica com a moção que apresentou. Salaria não ter compromisso com o PSD mas sim com a população. Tal como com a CIMVDL, o compromisso é com esta Assembleia Municipal que o elegeu, referindo ser uma questão de honestidade. A moção que apresentou encerrou em si alguma polémica. Não teve intenção de criar polémica, mas refere ter tido a intenção de colocar a nu a hipocrisia de alguns políticos, que considera ser já fastidiosa. Dá o exemplo da Requalificação da Escola Secundária em que, ao prestar declarações para a comunicação social, foi superiormente reprimido. Refere ter vindo uma comitiva do PS e ter reconhecido in loco a urgência da mesma, no entanto na Assembleia da República nunca votaram a favor daquela requalificação. Relativamente à moção apresentada na CIMVDL, referiu destacar o que eventualmente poderá ter sido mais polémico, para que não se venha a dizer o que não aconteceu. Refere ter falado *“na decisão de o Governo ter abandonado a ideia da requalificação da EN225, por não estar inscrita em Orçamento, na extrema necessidade, que já tinha sido reconhecida até por dois Governos e agora, pelos vistos foi abandonada”,* descrevendo *“aquilo que é a realidade, é uma via muito sinuosa, a que acresce o acentuado estado de degradação da mesma, cujas raras e superficiais operações de cosmética não corrigem nem sequer atenuam, é uma via muito movimentada, o que pelo mau estado do piso e pelas margens desgastadas e propensas à erosão aumenta a probabilidade de acidentes graves, é uma via que serve populações que estão a quarenta quilómetros da sede do concelho de Castro Daire, facto que, nas situações de socorro, nomeadamente com recurso a ambulâncias, resultam em deslocações que duram horas, sem contabilizar cerca de mais de quarenta quilómetros até ao Hospital de Viseu, esta realidade associada ao encerramento do Serviço de Urgência no Centro de Saúde de Castro Daire, potencia o desconforto e risco de vida de quem necessita de socorro urgente, é uma via que todos os dias é percorrida por alunos que têm que se levantar pouco depois das seis horas da manhã e fazer um percurso de duração bem superior a uma hora, acentuando as assimetrias e desigualdades no acesso à educação de jovens que não têm que estar condenados ao sofrimento e ao insucesso por terem nascido no interior de que todos falam mas poucos defendem.* Referiu ainda ter dito que *“é natural que as populações legitimamente entendam como um profundo, deliberado e explícito desprezo pelos cidadãos que estão obrigados a utilizar a EN225 e constitui-se com mais um exemplo de que os contribuintes do interior mais profundo apenas são tratados com igualdade na obrigação de pagar impostos.”* Mais terá referido, *“recusando a ideia de que intencionalmente o Senhor Primeiro-Ministro e os membros do Governo valorizam os portugueses em função de uma escala*



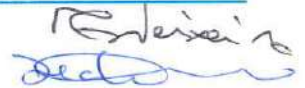
gerada pela densidade eleitoral de cada território, acreditando que o Senhor Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo defendem a igualdade de oportunidades e condições para todos os portugueses, sobretudo para os mais jovens e, quando tal não se verifica é por desconhecimento e porque os representantes locais na Assembleia da República não fizeram chegar essa informação, acreditando firmemente que o Senhor Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo valorizam e protegem com igualdade a integridade física e a vida de todos os portugueses, independentemente da sua condição social, económica ou territorial.” Refere que todos têm direito à indignação ao serem desprezados desta forma, pois circular na EN225 é risco de vida, sendo inaceitável. Informou que a moção por si apresentada foi aprovada por maioria, porque todos os deputados do Partido Socialista votaram pela abstenção. Salientou que até o Senhor Dr. Fernando Ruas, Presidente da CIMVDL, reconheceu o estado inaceitável e vergonhoso daquela via, considerando que se as pessoas do interior não levantarem a voz serão esquecidas. Terminou salientando que “quando as pessoas que não são do nosso concelho, nos defendem mais do que os que são do concelho, está tudo dito”. -----

-----**Fernando da Rocha Felício**-----

-----Interveio cumprimentando a mesa, a Senhora Presidente, o Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores e membros da Assembleia. Referiu o constrangimento que teve no acesso à documentação, pois não acedeu ao link em tempo útil e que era facilitador que a documentação fosse entregue em papel. -----

-----**Lino da Silva Gonçalves** -----

----- Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa, Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores, colegas e técnicos do Município. Refere rever-se nas palavras já proferidas por outros membros e nomeadamente pelo membro António Luís, pois foi eleito para defender acima de tudo o interesse do concelho de Castro Daire. Salienta que apesar do que tem chovido, não se podem esquecer que o Inverno poderá não deixar água suficiente para o próximo verão, solicitando ao executivo municipal que tenha essa preocupação para não se chegar ao ponto de situação do ano anterior. Na sequência do referido pelo membro Zacarias Gomes, reforça que o município de Castro Daire tem um roteiro turístico que enquadra os recursos existentes, elaborado pelo município, informando também que foi inclusive solicitada a colaboração das Associações, dando o exemplo, dos levantamentos GPS dos percursos pedestres para assinalar as situações mais urgentes de intervenção, o que veio rentabilizar recursos, reconhecendo o trabalho e visão do Município no trabalho efetuado. Reforça a importância de estarem unidos na defesa dos interesses do concelho, seja na questão premente da EN225 ou outras, pois deve separar-se as questões político-partidárias e, enquanto eleitos, têm o dever de



defender Casto Daire. Termina a sua intervenção desejando a todos e respetivas famílias bem como para todos os que estão no estrangeiro, um Feliz Natal e um bom Ano.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal refere que, quanto à solicitação do Engenheiro Felício, da necessidade de receber a documentação em papel, os serviços providenciam-na, devendo apenas ser solicitado. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Relativamente ao referido pelo membro Fernando Felício, salienta que quando este tentou aceder ao link enviado deveria ter contactado os serviços e, no imediato, seria reenviado. Quanto ao referido pelo membro Jorge Figueiredo, reforça com satisfação o facto de ver os técnicos do Município a serem homenageados pelo trabalho desenvolvido, sendo motivo de orgulho para todos. Quanto ao Centro de Saúde refere ter tido o cuidado, aquando do PRR, de identificar o Centro de Saúde como infraestrutura a necessitar de requalificação. Na altura o projeto rondava os quatrocentos mil euros e até à abertura de candidaturas, com a revisão dos preços passou para mais de quinhentos mil euros. A candidatura foi submetida com base neste novo valor, daí ainda não termos aberto o concurso, aguardando que possa merecer aprovação com base no atual valor, salvaguardando assim os interesses deste município. Quanto à questão do hotel de quatro estrelas, salienta que não é um investimento do município mas sim um investimento privado. São processos que dependem de pareceres de muitas entidades informando, no entanto, que desde meados do mês de novembro está o processo nas mãos do investidor, que deverá agora elaborar e entregar os projetos de especialidades, para que o processo possa ser despachado. Quanto aos perímetros de proteção refere ser daquelas leis difíceis de cumprir. Considera não haver meios físicos, temporais ou financeiros que permitam cumprir. Esta lei surgiu após os lamentáveis acontecimentos de dois mil e dezassete, no entanto, muito tem vindo a ser feito, têm sido efetuadas muitas reclamações e o serviço municipal, juntamente como SEPNA e a GNR tem diligenciado para que as situações possam ser resolvidas. Quanto ao piquete, agradece mais informação sobre esta questão. Quanto à EN225, refere o contacto que recebeu do Ministério das infraestruturas, onde foram colocadas duas opções: ou abrir o concurso com base no valor da Extensão de Encargos aprovada, de cinco milhões, completamente desajustado pois, a estimativa orçamental situa-se, atualmente, em oito vírgula dois milhões, ou aguardar atualização da Portaria de Extensão de Encargos, conforme inclusive já referiu na última sessão desta Assembleia. Ficou definido a realização de uma reunião tripartida, mas ainda não se realizou. O Ministério agendou agora essa reunião para dia seis de janeiro, às dezasseis horas e trinta minutos, em Lisboa. Perante o exposto, refere que tenciona apresentar a proposta de partir a empreitada, isto é, ver o que é mais urgente e avançar com a obra para os cinco milhões, que dizem aprovados, e quando aprovarem o restante,



abrem novo concurso para o que faltar. Refere que, se sair dessa reunião com reticências, considera que todos têm que estar unidos, independentemente das cores partidárias, salientando ser lamentável a situação referida pelo membro António Luís, pois numa Assembleia Intermunicipal esta causa poderia ganhar força, no entanto os deputados do PS abstiveram-se, incluindo o membro de Castro Daire. Relatou ainda que, foram colocadas questões ao promotor da moção e, tendo o mesmo referido que a pessoa mais indicada para responder seria o Presidente da Câmara, houve deputados do Partido Socialista que não o queriam deixar falar, tendo solicitado autorização ao Presidente do Conselho para o efeito e à Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal, que lhe concederam a palavra, tendo, no entanto os membros do Partido Socialista se insurgido contra. Deixa o desafio à Assembleia Municipal para que todos estejam unidos nesta causa, deixando também voto de agradecimento ao professor António Luís Ferreira por ter levado a moção à CIMVDL. Quanto à iluminação pública, refere que a Câmara apenas tem controlo em pagar a fatura e mudar lâmpadas, dando o exemplo da própria vila de Castro Daire, onde a EDP alterou os contadores e nos PT's alteraram a programação e a vila passou a estar às escuras, ficaram de vir resolver a situação e até agora não resolveram. A questão referida é revoltante e, de facto, a EDP demora muito tempo a resolver. Ficou definido com a EDP que no início do ano teriam que rever a iluminação pública em todo o concelho, pois não estão a cumprir o Offset. Refere que na questão das lâmpadas fundidas, o Município já se disponibilizou a colocar um funcionário para tentar agilizar a mudança das lâmpadas mas a EDP não autorizou. Solicitou que fosse projetada a página do Visit Castro Daire, em resposta ao referido pelo membro Zacarias Gomes, pois uma das estratégias em termos de turismo foi integrar todos os recursos existentes, como se pode verificar no referido portal. Quanto à questão do disparar dos preços é algo muito preocupante e é já um dos grandes desafios, para além dos custos energéticos, que tiveram um impacto brutal na execução do orçamento e que, se nada mudar, terá de ser suportado pelo orçamento municipal, dando o exemplo do valor da atualização de preços referente à obra do Centro de Saúde, salientando ser limitativo, mas que continuará a trabalhar para que as coisas corram da melhor forma. Quanto ao referido pelo Senhor Lino Gonçalves da Silva, evidencia que não se sentiu muito a falta de água nas torneiras, mas para tal houve uma logística muito grande, envolvendo inclusive os Bombeiros de Castro Daire e Farejinhãs. O sistema de abastecimento principal quase esteve em causa. Referiu a reunião que tem agilizada com a APA para estudar, nomeadamente a capacidade de armazenamento, tendo a mesma sido já adiada várias vezes, estando agora remarcada para o início do ano. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----



-----Interveio solicitando esclarecimentos relativos ao hotel de quatro estrelas, pois refere ter indicação, do Presidente da Empresa Noropus, que está tudo tratado e só falta a licença do município, pelo que gostaria de saber se isto corresponde à verdade. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara esclareceu que o projeto de arquitetura, foi aprovado em vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, salvaguardando que muitas das aprovações dependem de parecer externo. Neste momento, a empresa em causa, deverá ainda entregar os projetos de especialidade e quando entregar esses projetos, será novamente analisado com vista ao deferimento final.-----

-----**Voto de Pesar pelo falecimento do ex-autarca Bernardo Gomes da Silva**-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** apresentou proposta de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bernardo Gomes da Silva. -----

-----O membro **Zacarias Gomes** solicitou a palavra para agradecer à Assembleia Municipal este voto de pesar, em seu nome próprio e da família, referindo que muitos conheceram o seu pai, privaram com ele nas andanças autárquicas, salientando que era um grande defensor da social democracia, homem integro, muito justo, muito respeitado por todos e tinha muita equidade na sua atuação. -----

-----**O Senhor Secretário da Mesa, Augusto João da Silva Marcelino**, passou a ler o teor do Voto de Pesar, que se transcreve: *“No dia 7 deste mês de dezembro faleceu o Senhor Bernardo Gomes da Silva, aos 92 anos de idade. Foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Ester, eleito nas eleições autárquicas, após o 25 de abril, realizadas em 12 de dezembro de 1976. Em 1986 foi novamente eleito Presidente de Junta desta Freguesia. Era um homem dedicado à sua família, à sua terra e às suas gentes. Pai do atual Presidente de Junta da União de Freguesias de Parada de Ester e Ester e membro desta Assembleia Municipal, Sr. Zacarias Almeida Gomes. A Assembleia Municipal de Castro Daire apresenta o Voto de Pesar pelo seu falecimento, à sua família: sua esposa, seus filhos e netos”*. Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou estarem presentes todos os Presidentes de Junta de Freguesia, à exceção do Presidente da Junta de Freguesia de Cujó, que não se fez substituir. Regista-se a ausência de Regina Ribeiro, Margarida Helena Marques Mano –

Primeira Secretária da Mesa desta Assembleia e Filipe Manuel Duarte, tendo as restantes substituições sido já referidas no início da Sessão. -----



----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2022.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprová-lo. ----

Não participaram na apreciação e votação deste ponto os membros Fernanda Ferreira, António Giroto, Filipe Duarte, Elisabete Sequeira, Fábio Silva e Fátima Vicente por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três do artigo trigésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo.-----

Ponto Dois - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

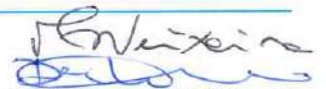
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Ponto Três – Análise, discussão e Votação da Minuta do Contrato de Empréstimo no âmbito da Linha BEI PT2020 - (Montante do Financiamento – 383.901,87€), para a Requalificação da Escola 3/Secundária de Castro Daire – 1.ª Fase/com o código da Operação Portugal 2020 CENTRO-03-5673-FEDER-000205, para aprovação de autorização de contratação do empréstimo a médio e longo prazo (Contrato de Financiamento Reembolsável) e correspondente autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais (nos termos do artigo 12.º “Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local”, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações e da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º “Compromissos Plurianuais” da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e posteriores alterações.-----

-----**A Senhora Presidente** informa que os assuntos, referentes a este ponto e ao seguinte, foram presentes na sessão de setembro e que agora se trata da aprovação da minuta do contrato.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

Ponto Quatro – Análise, discussão e Votação da Minuta do Contrato de Empréstimo no âmbito da Linha BEI PT2020 – (Montante do Financiamento – 234.390,98€) para a Requalificação da Av.ª25 de abril – Beneficiação da Mobilidade Suave na Av.ª25 de abril/com o código da operação Portugal 2020



CENTRO-06-1406-FEDER-000070, para aprovação de autorização de contratação do empréstimo a médio e longo prazo (Contrato de Financiamento Reembolsável) e correspondente autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais (nos termos do artigo 12.º “Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local”, do Decreto-lei n.º127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações e da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º “Compromissos Plurianuais” da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e posteriores alterações. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

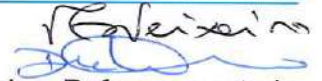
Ponto Cinco- Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal para o exercício de dois mil e vinte e três, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio referindo o que seguidamente se transcreve: *“Em primeiro lugar agradecer por terem tido em atenção a minha indignação que manifestei há um ano com a data escolhida para o envio dos documentos. No que podemos constatar, nestes documentos previsionais, além de um orçamento ambicioso de elevado valor, temos um mapa de pessoal para 2022/2023, de igual dimensão. Ora vejamos: o mapa de pessoal de 2021/2022, teve um aumento de 60% como aqui referimos há um ano atrás. Agora 2022/2023 os lugares ocupados passam de, 193 para 258, a mais 65 funcionários o que equivale a um aumento de 34%. Lugares a ocupar de 134 para 170, a mais 36 funcionários o que equivale a um aumento de 27%, ou seja um total a mais de 101 funcionários no global um aumento de 31%, em dois anos o mapa de pessoal quase duplica, passando assim a despesa com o pessoal de 4.423.400 para 7.703.000 euros, aumentando assim a despesa com o pessoal em 1.279.600 euros. Como dissemos na última assembleia, os resultados líquidos do período tornaram-se ainda mais negativos, não sabendo qual o reflexo que irá ter nas contas do município, para já o que sabemos o endividamento num ano aumentou 513.252.41. Ponderando esta situação financeira e com esta avalanche de novos funcionários que dá ideia que se andam a cumprir compromissos políticos, o nosso voto é contra, no ponto 5 e ponto 6 uma vez que se complementam. Queremos aproveitar para desejar a todos e respetivas famílias umas boas festas, com muita alegria e saúde.”*-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio, agradecendo e retribuindo os votos de Festas Felizes, aproveitando para os estender a todos os membros. Quanto à EN225 refere não ter qualquer convicção político-partidária, mas sim a sua convicção, dando como exemplo disso, o facto de internamente anda a clarificar e desmentir um conjunto de mentiras que os sindicatos estão a colocar nas intenções no Ministro da



Educação. Quanto ao Mapa de Pessoal felicita o município pela opção estratégica. Refere um estudo que revela que três em quatro jovens portugueses ganham menos de mil euros e pensam em emigrar, daí felicitar o Município, pois o executivo tenta contrariar a precaridade de anos, quando a necessidade é efetiva. E se, por exemplo na Educação, há necessidades permanentes, considera que devem ser regularizadas, tendo técnicos qualificados e havendo necessidade deles, devem ser reconhecidas essas qualificações e com isso, está a permitir-se que as pessoas, e sobretudo as qualificadas, se fixem no concelho, de forma estável, incrementando direta e indiretamente a economia, combatendo assim a precaridade.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio referindo duas questões, ambas relacionadas com a Educação, por um lado, setenta e quatro funcionários vieram diretamente do Ministério da Educação para o quadro de pessoal do município, por outro, todos os anos renovava contratos, e periodicamente abria concursos, mas no quadro de pessoal, essas situações têm que figurar nos dois lados (a ocupar /ocupados), o que pode dar a ideia de duplicar o quadro de pessoal, o que não corresponde à realidade, referindo ainda que no armazém municipal também se têm reformado alguns funcionários sendo necessário manter a capacidade operativa, pelo que se torna necessário acautelar vagas para esse efeito. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo-----

Votou contra, o membro Jorge Figueiredo, tendo votado pela abstenção os membros Fernando Felício, Fátima Correia, Joana Sevivas e Fernanda Ferreira.-----

Ponto Seis - Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de 2023/2027, nos termos do artigo 46.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro na sua atual redação, para apreciação e aprovação nos termos previstos no artigo 25.º do n.º 1, alínea a) do Anexo à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** efetuou enquadramento deste ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, para breve introdução.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** interveio referindo que este é o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal, sendo ao mesmo tempo um enorme desafio mas também uma grande preocupação, tendo em conta a conjuntura atual, referindo o corte de oitocentos e oitenta mil euros, de transferências do Estado, e o aumento de custos. Se, por um lado, é positivo ter este orçamento, por outro, se não houver medidas adicionais teme ter a capacidade de execução



comprometida, salientando o volume de investimento na requalificação das Escolas Secundária e Básica de Castro Daire, Eficiência Energética, Turismo, Saúde, Rede Viária e Educação. Reforça que ambição não falta, haja apoios nacionais e comunitários para cumprir este orçamento. -----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Felicitou o Senhor Presidente e todo o executivo municipal por ser o maior Orçamento de sempre, referindo ser reflexo do trabalho desenvolvido, muito alavancado com a janela de oportunidades dos fundos comunitários, sendo importante que essas opções tragam o melhor para o concelho. Salaria que, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, gostaria de ter mais investimento na sua Freguesia, mas reconhece o esforço transversal em todo o concelho, apelando a que as freguesias sejam reforçadas pois estão muito próximas das comunidades. Termina agradecendo os votos já formulados e desejando Boas Festas a todos. -----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

-----Interveio referindo que no Plano e Orçamento, a União de Freguesias de Parada de Ester e Ester não foi contemplada, questionando o porquê e se existirão obras que possam ser feitas por cooperação com a União de Freguesias. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere ter um carinho muito grande pelas Juntas de Freguesia, pois no que concerne ao desenvolvimento dos territórios, as Juntas de Freguesia são as mais próximas, sendo importante que tenham recursos. Relativamente ao referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moledo, refere que, se a perspetiva não for tão difícil como se adivinha, salientando aqui o aumento de custos e corte na receita, impostos pelo Governo, estará para ir ao encontro das necessidades das Freguesias e tentar encontrar as melhores soluções, Freguesia a Freguesia, reforçando ainda que o documento aqui presente resultou também das reuniões que foram feitas com todas as Freguesias. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo. -----

Votou contra, o membro Jorge Figueiredo, tendo votado pela abstenção os membros Fernando Felício, Fátima Correia, Joana Sevivas e Fernanda Ferreira. -----

Ponto Sete - Apreciação e aprovação da Alteração das Subunidades Orgânicas Flexíveis e do Regulamento da Organização de Serviços do Município de Castro Daire, em cumprimento do disposto na alínea m), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de dezembro.-----

-----**A Senhora Presidente** passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para breve enquadramento deste assunto.-----

Enfermeira

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que esta alteração objetiva adaptar a estrutura àquilo que são as competências que a Câmara Municipal tem vindo a assumir.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

Ponto Oito – Análise, apreciação e Votação da Proposta de Adesão à DestiNature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza, em cumprimento do disposto na alínea ccc), n.º1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que um dos trabalhos que têm vindo a fazer é o alavancar de oportunidades, referindo, a título de exemplo, que a CCDRC, nos Programas Operacionais tem programas de valorização dos recursos endógenos a que o Município de Castro Daire não conseguia recorrer. Refere estar, desta forma, a posicionar o Município para que possa vir a ser elegível neste tipo de oportunidades de financiamento.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

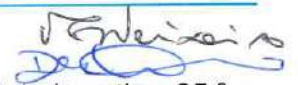
Ponto Nove - Análise, Discussão e Aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, para o Ano de 2023 nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, enquadrando o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para mais informação.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou, resumidamente, que a Autoridade de Transportes passou a ser a CIMVDL, tendo o município que ressarcir a CIM e, para tal, são necessários mecanismos que o legitimem. Estes dois pontos são, um deles, o acordo anual, o outro, destina-se a permitir a abertura de concurso público internacional para o serviço de transporte público de passageiros.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

Ponto Dez - Análise, Discussão e Aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, no âmbito do Concurso Público, nos termos da Lei n.º



75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

Ponto Onze – Nomear, nos termos do número um do artigo 77.º da Lei número 73/2013 de três de setembro, sob proposta do Órgão Executivo do Município, o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Conta. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Doze – Procedimento tendente à contratação de locação financeira na modalidade de leasing para aquisição de uma viatura elétrica: -----

----- ***a)*** Apreciação e aprovação do relatório final do Júri do procedimento nos termos do artigo 24.º e alínea f), número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013 de doze de setembro;-----

----- ***b)*** Autorização, ao abrigo dos artigos 49.º e número um do artigo 51.º da Lei número 73/2013 de 3 de setembro, para contrair a operação de locação financeira na modalidade de *leasing*;-----

----- ***c)*** Aprovação da Minuta do Contrato de Locação Financeira Mobiliária n.º 400140043;-----

----- ***d)*** Aprovação do compromisso plurianual associado ao contrato de leasing, nos termos do artigo 6, número 1, da alínea c) da Lei número 8/2012 de 21 de fevereiro, nos termos mencionados no relatório previsto no objetivo 01 Programa 111 2006/128 das GOP.-----

-----***Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal***-----

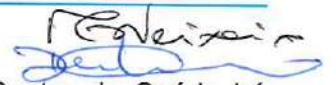
-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere ter procurado renovar a frota automóvel recorrendo a financiamento externo, no caso concreto, ao Fundo Ambiental.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo ----

Ponto Treze - Análise, discussão e Votação da proposta de deliberação do executivo municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 56/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Saúde, para o ano 2023. -----

-----***A Senhora Presidente da Assembleia***, enquadrando o assunto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para informações adicionais. -----

-----***O Senhor Presidente da Câmara Municipal*** refere não ter informação que acautele os interesses do município nesta matéria, não obstante estar internamente a preparar a adaptação, na



procura de janelas de oportunidade salientando, a título de exemplo, que o Centro de Saúde irá passar a ter uma viatura elétrica para as suas funções.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não aceitação da transferência de competências no domínio da Saúde, para o ano 2023.-----

Ponto Catorze - Análise, discussão e Votação da proposta de deliberação do executivo municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 56/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Ação Social, para o ano 2023.-----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

-----Interveio questionando se iria existir alteração na equipa de RSI, referindo que se de momento é possível a não aceitação, para abril será obrigatória, salientando a qualidade da equipa.-----

-----**Marco Aurélio Lyrio Andrade**-----

-----Interveio, referindo corroborar, no que respeita ao Pano e Orçamento, com o proferido pelo Presidente da Junta de Moledo, também relativo à Freguesia de Mões, esperando que o investimento seja proporcional. Não obstante, considera que os investimentos na Saúde e na Educação também beneficiam a freguesia de Mões. Refere considerar importante que em sede da ANMP, o Município possa ouvir os constrangimentos, o custo-benefício com estas transferências, salientando ter dúvidas que esta não aceitação seja um benefício para o município. Termina desejando a todos e respetivas famílias Boas Festas.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo à questão colocada pelo membro Zacarias Gomes, quanto à equipa do RSI, refere que os funcionários da equipa não são da Câmara Municipal, nem se coloca a possibilidade legal de mobilidade, pois não pertencem ao setor público. Salienta que a proposta financeira à data é de cento e oitenta mil euros, dos quais, sessenta e oito mil, se devem ao facto de não se ter aceite a proposta inicialmente. Deu ainda o exemplo da transferência de competências na área da Educação, onde logo após a Transferência, se viram obrigados a abrir procedimento para Serviços de Saúde e Segurança no Trabalho, não contemplados na transferência. Nesta matéria, considera não estarem ainda reunidas as condições que permitam salvaguardar os interesses do município. Termina a sua intervenção desejando um excelente Natal e que o ano de dois mil e vinte e três possa ser mais positivo. -----

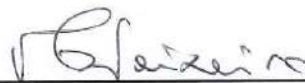
Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não aceitação da transferência de competências no domínio da Ação Social, para o ano 2023. -

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal salienta a importância de se efetuar revisão do Regimento da Assembleia Municipal e se constituir um Grupo de Trabalho para o efeito, reforçando a importância de todos os grupos estarem representados. Ficou definido que dessem indicação dos membros até ao dia oito de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



- Maria Eulália da Silva Teixeira -

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro -